



**CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL REIMONT - PT/RJ**

**COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, MINORIAS E
IGUALDADE RACIAL – CDHMIR**

REQUERIMENTO Nº , DE 2026

(Do Sr. Reimont)

Requer a realização de audiência pública para ouvir familiares de pessoas atingidas pela repressão estatal e empresarial durante a ditadura militar.

Senhora Presidenta,

Requeiro a V. Exa., nos termos do art. 24, inciso III, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial com o objetivo de ouvir familiares de pessoas atingidas pela repressão estatal e empresarial durante a ditadura militar brasileira, bem como representantes do Ministério Público Federal e do Ministério Público do Trabalho, especialmente acerca das iniciativas institucionais voltadas à apuração de violações de direitos humanos ocorridas nesse período.

Sugerem-se o convite às seguintes pessoas e representações:

- Dr. Nicolau Dino – Procurador Federal dos Direitos do Cidadão, Ministério Público Federal – Brasília/DF;
- Dra. Sandra Lia Simon – Subprocuradora-Geral do Trabalho e Coordenadora do Grupo de Trabalho Justiça de Transição no Ministério Público do Trabalho – Brasília/DF;
- Dra. Christiane Nogueira – Procuradora do Trabalho no Estado do Ceará;
- Frei Ricardo Rezende Figueira – Padre, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e coordenador do Grupo de Pesquisa sobre Trabalho Escravo Contemporâneo do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas e Direitos Humanos da UFRJ;





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL REIMONT - PT/RJ

- Sra. Rita de Cássia Vidal Vasquez – Representante da Associação de Colonos Atingidos pela Repressão Privada e Estatal no conflito da Gleba CIDAPAR – Belém/PA;
- Sr. Gilney Amorim Viana, professor, médico, escritor, ex-Deputado Federal e Estadual por Mato Grosso;
- Representações dos povos indígenas atingidos por violações de direitos humanos no período da ditadura militar; e
- Familiares de pessoas atingidas pela repressão estatal e empresarial durante a ditadura militar.

JUSTIFICAÇÃO

A ditadura militar no Brasil foi marcada por graves violações de direitos humanos, incluindo perseguições políticas, prisões arbitrárias, tortura e repressão a trabalhadores, povos indígenas e comunidades rurais, muitas vezes com a participação ou conivência de agentes privados.

A escuta de familiares de pessoas atingidas por essas violações é fundamental para fortalecer as políticas de memória, verdade e justiça. A audiência pública permitirá também conhecer e acompanhar as iniciativas do Ministério Público Federal e do Ministério Público do Trabalho voltado à apuração dessas violações e à responsabilização de agentes públicos e privados, reafirmando o compromisso desta Comissão com a defesa dos direitos humanos e com a preservação da memória democrática.

Sala da Comissão, em ____ de março de 2026.

Deputado Federal Reimont
PT/RJ

